

**RELAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE ATER (ASSISTÊNCIA TÉCNICA
E EXTENSÃO RURAL) COM OS AGRICULTORES(AS):
LIMITES TECNOLÓGICOS OU METODOLÓGICOS**

Monografia apresentada para a obtenção do título de Especialista em Educação do Campo, Curso de Pós-Graduação em Educação do Campo, Departamento de Planejamento e Administração Escolar, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Serinei César Grigolo

DEDICATÓRIA

À Supremacia de Deus,
pela paciência aprendida durante
o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao meu esposo **Fabio e filhos Felipe e Rafael,**
pela compreensão, espera e confiança, nos dias
que ficaram distantes.

Aos meus **pais e a minha sogra,**
pelos dias que estiveram fazendo a minha parte.

AGRADECIMENTOS

Nos agradecimentos, com certeza não conseguirei expressar toda a importância destes dois anos de estudo e o quanto esta especialização me proporcionou conhecimentos que me seguirão por toda vida.

Ao meu esposo Fábio, meus filhos Felipe e Rafael que agüentaram firme durante a minha ausência e as muitas vezes que os deixei de lado em meio a muitos cadernos e livros nas horas de leitura e estudo. *Gracias*, não posso viver sem vocês.

À Assessorar, pela confiança depositada em expandir as vivências de Educação do Campo em meio a incertezas e desafios.

À Coopafi (Coronel Vivida) e ao Fórum das Entidades da Agricultura Familiar de Coronel Vivida, pela compreensão e pelo espaço de trabalho que me proporcionou desenvolver este estudo.

Aos agentes da ATER e às famílias agricultoras com as quais aprendi que muito temos que fazer e que a mudança se faz aos poucos e a longo prazo.

Aos Professores e Professoras, colegas e amigos/as que conheci durante o curso, que me proporcionaram momentos de alegrias, tristezas, desafios, constrangimentos, mas que, com certeza, me fizeram crescer e aprender que somos diferentes.

Ao querido orientador Serinei César Grigolo, pela paciência e pela acolhida diante do tema proposto.

SER EM PROCESSO

É saber que não se está pronto, nem acabado,
é saber que há chance de se reorganizar,
é uma tentativa de se entender e de entender a
própria história.

É estar continuamente fazendo e desfazendo.

É a possibilidade de corrigir os desacertos e
confirmar os acertos.

É estar voltado para o futuro, partindo do presente
e aproveitando a experiência do passado.

É renunciar à segurança das certezas dogmáticas
e aceitar o risco empolgante do “não sei, mas vou
procurar”.

É aprender a ter paciência consigo mesmo e com
os outros.

É aprender a conviver com as próprias imperfeições.

É descobrir que a vida tem uma dimensão sempre
nova e que há sempre uma possibilidade de
crescimento.

É acreditar na possibilidade de contínua e gradativa
superação.

É encarar o erro como uma oportunidade de
aprendizagem. Aliás, só existe um erro verdadeiro:
aquele com o qual nada se aprende.

É descobrir que tudo pode ser retomado, uma vez
que a realidade não é estanque.

É perceber que, se hoje não consegui, amanhã posso
dar conta e conseguir um pouco mais.

Jereny Nasse Kedi

RESUMO

Diante dos debates sobre “Assistência técnica e extensão rural”, o objetivo deste trabalho foi discutir as relações dos profissionais de ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural com os agricultores e agricultoras familiares na perspectiva de compreender os desafios metodológicos e tecnológicos, através da análise das práticas e metodologias adotadas por estes “agentes do campo”, identificando as dificuldades na relação com as famílias e a comunidade; além disso, discutir e analisar um novo projeto de desenvolvimento do campo baseado nos princípios e valores da agroecologia. Este estudo aponta algumas considerações para a necessidade de se repensar teoricamente e a partir das experiências e das práticas na perspectiva de reconstrução do ser humano.

Palavras chave: Assistência técnica e extensão rural, desenvolvimento sustentável, agroecologia, educação

SUMÁRIO

I INTRODUÇÃO	8
2 HISTÓRICO E FUNDAMENTOS DA ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural	12
2.1 Desenvolvimento do campo na concepção de Educação do Campo	15
2.2 Agroecologia – Projeto de Desenvolvimento do Campo	20
2.3 Educação do Campo – Reconstrução do ser humano	27
3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	34
5 BIBLIOGRAFIAS CONSULTADAS	35

I INTRODUÇÃO

Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) podem ser debatidas com vinculações à lógica do capitalismo globalizado e neoliberal. Duarte (2004) aponta que o capitalismo transforma bens naturais e sociais em mercadorias para que possam ser comercializadas e gerar lucros. O capital se utiliza do trabalho, da terra e outros bens naturais para acumular riquezas e assim dominar a humanidade, chegando ao extremo do ser humano. Criou o individualismo excludente e um modo de produção ecologicamente insustentável. Este fato gerou conseqüências irreversíveis. Portanto, as tecnologias mudam as relações de produção do homem e da mulher do campo.

As mudanças na dinâmica do processo de produção tomam-se evidentes na medida em que a apropriação da riqueza do capital vai se alastrando com suas políticas de difusão de tecnologias. O sujeito do campo se torna subordinado pelas políticas da¹ “Revolução Verde”, deixando-o dependente de todo um aparato que com antecedência foi minuciosamente pensado e planejado para dominar toda sociedade.

O processo de desenvolvimento está atrelado às políticas públicas (governamentais), as quais refletem diretamente no campo. Para desenvolver o campo, se faz necessária a implantação de uma nova assistência técnica e extensão rural que se justifica no debate do desenvolvimento que possa privilegiar a produção de alimentos e a melhoria das condições de vida para o sujeito do campo e do meio urbano.

A assistência técnica e extensão rural vão além do que simplesmente “assistir” ou “repassar técnicas”. Envolve outras dimensões como: educação, saúde, cultura. Envolve um conjunto de necessidades da vida, para reconstrução das relações de produção e da vida que existe no campo. Envolve, ainda, o pensar sobre o fazer do sujeito do campo e, conseqüentemente, o fazer e o pensar do profissional de assistência técnica e extensão rural, o que leva, então, a pensar não só em um novo perfil profissional, mas também em outras formas de atuação. Como disse Paulo Freire:

¹ A Revolução Verde ocorreu nos anos 60 e consistia na adoção de práticas agrícolas baseadas no uso intensivo de produtos químicos e instrumentos mecânicos pelos países do Terceiro Mundo; resultou em um novo modelo tecnológico de produção agrícola. Segundo Duarte (2004), este modelo alterou os métodos de trabalho dos sujeitos do campo o que chamou de “...modernização conservadora do campo.” (DUARTE, 2004, p. 23)

"A capacitação técnica é mais do que o treinamento, por que é busca de conhecimento, é apropriação de procedimentos." (FREIRE, 1977, p. 88)

Hoje a formação do profissional de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) se dá para suprir a necessidade de expandir a política implantada nos anos 60, a Revolução Verde. A maioria sai dos cursos pregando o aumento da produtividade, sem perceber que o sujeito do campo é um ser que tem o seu espaço de vida e que na sua propriedade há todo um processo histórico em construção. (Saquet, et al, 2005)

No desenvolvimento desta pesquisa pretendemos verificar como se deu o envolvimento do sujeito do campo com o processo das políticas da Revolução Verde. Entendemos que podemos verificar os resultados entre as relações dos profissionais da ATER com os sujeitos do campo.

Paulo Freire também observa que a técnica é, por essência, autoritária, o que chama de autoritarismo da técnica. Este pensamento se reveste de grande importância no debate atual da Nova ATER que o governo e entidades do Brasil querem construir. A relação de subordinação é inerente à técnica. A técnica em si é criação do conhecimento. O sujeito só com técnica não se liberta, mesmo que esta seja participativa, dialogada em rodas etc.

Fica o questionamento sobre o termo Assistência Técnica e Extensão Rural, pois mesmo que se chame de Nova Ater, estaria ela provocando mudanças metodológicas a fim de construir conhecimento? Em primeira análise, o discurso é afinado, mas o significado do termo ATER não corresponde ao mesmo discurso.

Esta pesquisa, neste momento de construção de alternativas, renova tais preocupações no sentido de aprofundar o debate da Educação do Campo como espaço de construção humana; tem como finalidade compreender a relação entre os profissionais da ATER com as famílias agricultoras/camponesas, na perspectiva da reconstrução do ser humano. As metodologias/práticas usadas pelos profissionais de ATER não estão gerando conhecimento para a reconstrução das práticas convencionais dos sujeitos do campo adquiridas pela modernização (Revolução Verde).

Pretendo compreender a relação dos profissionais da ATER com as concepções e as práticas do sujeito do campo (falando aqui do agricultor e da agricultora familiar, o

agricultor (a) que está à beira da “sociedade”, que luta para sobreviver e permanecer no meio rural).

Na convivência e participação com os profissionais da ATER, pude observar que dominam o conhecimento técnico, mas não dominam as metodologias e as práticas populares de construção de conhecimento, como mediadores de uma nova proposta de desenvolvimento do campo. O sistema de produção da agricultura familiar foi desestruturado e os agricultores familiares adotaram as práticas da Revolução Verde, que os fazem dependentes das soluções e receitas impostas e prontas, esquecendo-se de sua capacidade de organizar a Unidade de Produção e a Vida Familiar. E, ainda, não há bases tecnológicas suficientes ou suporte estrutural como políticas públicas para que as famílias optem pela produção ecológica, falando aqui, de mudanças para um projeto de desenvolvimento do campo, diferente daqueles impostos ao longo do tempo.

Esta pesquisa foi desenvolvida no Fórum da Agricultura Familiar de Coronel Vivida, composto pela Coopafi – Coronel Vivida - Cooperativa da Agricultura Familiar Integrada de Coronel Vivida (cooperativa de produção e comercialização), Cresol – Cooperativa de Crédito e Interação Solidária de Coronel Vivida (cooperativa de crédito), Cooperiguaçu – Cooperativa de Assistência Técnica Iguazu em Coronel Vivida (cooperativa de assistência técnica), Claf – Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar de Coronel Vivida (cooperativa de leite) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, órgãos públicos; Prefeitura Municipal de Coronel Vivida e Emater de Coronel Vivida.

Estas entidades que fazem parte do Fórum da Agricultura Familiar atuam de forma integrada, para promover o desenvolvimento local de forma articulada na lógica sustentável e agroecologicamente correta, enquanto que os órgãos públicos adotam políticas de desenvolvimento, suprimindo as necessidades governamentais, pouco voltadas para a necessidade do sujeito do campo. Assim, as entidades integrantes do Fórum da Agricultura Familiar trabalham com um grupo de profissionais da ATER, que cooperam com comunidades, especificamente a agricultura familiar, enquanto os órgãos públicos abrangem a todos, independente de ser agricultor (a) familiar.

A pesquisa foi desenvolvida com os profissionais destas entidades e órgãos públicos, técnicos/as em agropecuária e engenheiros/as agrônomos/as e agricultores/as, um de cada comunidade onde os profissionais estão inseridos.

O desenvolvimento do projeto se deu no método de pesquisa qualitativa, por nos aprofundarmos nos significados, nas ações e relações humanas pertinentes ao processo de investigação, por suprir os anseios nas reflexões sobre as questões que perpassam esta pesquisa, relacionando os conhecimentos existentes com os gerados na academia, assim como nas organizações populares.

Este trabalho se desenrolou no procedimento de entrevista que, como diz Otávio Cruz Neto, "... serve como um meio de coleta de informações sobre um determinado tema científico" (MINAYO, 1992 apud NETO, p. 53), pois será através dela que obteremos informações que consolidarão o andamento da pesquisa. Esta técnica foi realizada com entrevistas semi-estruturadas, pois se realizou de forma mais ou menos dirigida, onde o entrevistado teve a oportunidade de falar livremente sobre o tema proposto a partir de perguntas previamente formuladas.

2 HISTÓRICO E FUNDAMENTOS DA ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural)

Os serviços e as políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil iniciou-se em 1940, no contexto de uma política desenvolvimentista do pós-guerra, com o objetivo de promover a melhoria das condições de vida da população rural e apoiar o processo de modernização da agricultura e insere-se na estratégia direcionada à política de industrialização do país e contou com todo o apoio estratégico para aquela época.

A Assistência Técnica e Extensão Rural, desde a sua criação e implantação, quase sempre esteve voltada para o interesse dos governantes e/ou de um grupo muito pequeno de pessoas. No Brasil, assume a responsabilidade de educar o homem do campo para tirá-lo do “atraso”². Este processo se resume numa política de educação, para suprir as necessidades agro-industriais da época, recurso para ajudar a desenvolver a economia do país e exigência de expansão inicial do capitalismo no campo. Os profissionais da ATER se preocupavam em simplesmente repassar tecnologias vindas de experiências científicas pensadas, principalmente, no modelo de produção “no melhor estilo norte americano”. Os agricultores eram depósito destes pacotes prontos, e, muitas vezes, inadequados para as condições em que o agricultor se encontrava, trazendo consequências graves, como: concentração da terra, êxodo rural, poluição, redução da biodiversidade e empobrecimento do campo. Isso tudo fruto de um modelo urbano-industrial de decisões políticas, que norteou a extensão rural da época.

Nos anos 70, foi implantado o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural – SIBRATER, que teve a finalidade de implementar a Política Nacional de ATER (PNATER). Recentemente, o Governo Federal transferiu para o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) a responsabilidade pela ATER, como um conjunto de políticas de assistência técnica e extensão rural no País, e o compromisso de uma nova estratégia de desenvolvimento rural, que enxergue no agricultor familiar um merecedor de respeito das políticas públicas. Para a coordenação deste, se recria o

² “Atraso” e/ou processo tradicional, no contexto de crescimento industrial do país, o campo não poderia deixar de crescer juntamente com o processo de urbanização, sendo ali traçadas políticas de extensão para que a produção agrícola pudesse suprir as necessidades agro-industriais econômicas da época.

extinto SIBRATER – Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural com o objetivo de unificar e dar maior apoio às ações da assistência técnica rural às Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) de todo o país.

Em 1975, com a criação da Embrater – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - e a conseqüente implantação das Ematers, criou-se nova conformação jurídica e institucional para o sistema, que passou a ser totalmente estatal, na forma de empresas públicas. Nesse período, o Sistema Sibrater cresceu, equipou-se e atingiu o máximo em termos de dimensão, tomando-se o maior sistema de assistência técnica e extensão rural estruturado do mundo e uma das referências no setor. Em 1990, o Presidente Fernando Collor de Mello extinguiu a Embrater, reduzindo significativamente os investimentos no Sistema, o que gerou enormes prejuízos para o setor.

Com a intencionalidade de suprir a crise econômica no meio rural, várias foram as experiências em extensão rural: assistencialismo e produtivismo/difusionismo. A assistência técnica e extensão rural priorizaram a difusão de tecnologia agropecuária, atuando junto a grandes e médios agricultores, restando aos pequenos produtores um projeto de menor abrangência e com um paradigma de difusão da inovação.

Hoje vivemos a consolidação de um governo democrático e popular, que abre caminho para a participação em várias ações que estão sendo estabelecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Uma nova ATER foi elaborada e está sendo divulgada e implantada por Ongs, órgãos públicos e outras entidades ligadas à assistência técnica e extensão rural, direta ou indiretamente, para aplicar este “pacote” criado em cima dos resultados negativos da Revolução Verde e dos modelos convencionais de ATER.

Caporal (2002), em seu artigo “Recolocando as coisas nos seus devidos lugares: um manifesto em defesa da extensão rural pública e gratuita para a agricultura familiar”³, nos coloca que a prática de ATER está presente nos saberes acumulados dos camponeses e da relação entre pessoas e ambiente onde vive.

³ Este artigo foi elaborado para apresentação no “Seminário Nacional: Decidindo Políticas de Extensão Rural para o Brasil”, promovido pela FAZER - Federação das Associações e Sindicatos da Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil, realizado em Brasília – DF, de 12 a 14 de março de 2002.

Nesta perspectiva, a busca de sustentabilidade implica reconhecer a existência deste saber, construído ao longo da história de vida dos grupos sociais. Portanto, a prática extensionista deverá ser desviada de sua histórica concepção difusionista e dar lugar a uma prática social baseada na "aprendizagem", isto é, na construção de saberes adequados para impulsionar estilos de agricultura e de manejo dos recursos naturais capazes de estabelecer patamares crescentes de sustentabilidade. (CAPORAL, 2002, p. 17)

Entendemos que a ATER é algo bem diferente, deve ser construída juntamente com o sujeito do campo, implicando na superação da subordinação que o processo tecnológico causou. É repensar o processo metodológico que supere a visão fragmentada de desenvolvimento, a dependência e a espera por pacotes prontos, por receitas formuladas e mal acabadas.

Em diferentes momentos, várias foram as políticas criadas para o campo e foi dada a responsabilidade para os profissionais da ATER a "implantação" delas.

O diálogo (durante entrevista) com extensionista, nos fez perceber o quanto estas políticas se fizeram resplandecer no campo e muitas vezes de uma forma não positiva. Daí a pergunta: por que o agricultor deixa de realizar as técnicas, assim que o profissional se retira do processo de implantação de um projeto de extensão em sua propriedade? Como diz o nosso entrevistado: "... Por que o produtor não avança quando o técnico sai? Quando o técnico está com um grupo de produtores as coisas evoluem, mas o técnico se retira e acaba, simplesmente acaba...". Percebe-se o resultado de políticas públicas inadequadas para superar as conseqüências que estão nos resultados, uma má formação de políticas públicas para ATER, que foram intencionais para um projeto de resultados para agricultores aptos a incorporar novas tecnologias, que eram os agricultores de grande porte e não aquelas realizadas com pequenos agricultores, que eram significativamente excluídos do processo social e econômico.

Por muito tempo o Governo Federal tem abandonado as iniciativas da ATER, tanto politicamente como financeiramente, desestruturando todo este setor. Diante disso, iniciaram-se outros processos de construção da ATER. Os estados e municípios reestruturaram os serviços através de diferentes formas institucionais e criaram novos mecanismos de financiamento e operacionalização, junto aos agricultores (as). Surgiram as iniciativas da ATER municipal, com organizações governamentais e não-

governamentais e mesmo por organizações de agricultores que, pela necessidade, se organizaram em prol da ATER.

Diante da necessidade de implantar novas estratégias de produção agropecuária e que andem juntas com as idéias de desenvolvimento sustentável, o Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA, a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) e o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural almejam novos enfoques metodológicos e um novo paradigma tecnológico, a fim de transformar a prática convencional para alcançar novos objetivos, atendendo às necessidades da sociedade. Assim, a ATER Pública estabelece novos compromissos, organiza-se de forma descentralizada, na qual participam entidades governamentais e não governamentais que tenham interesse no campo e que apresentem condições de exercer estes serviços diante das necessidades das comunidades do campo. Estas entidades trabalharão com recursos financeiros obtidos através de projetos coordenados pelo Dater – Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural da SAF - Secretaria da Agricultura Familiar/MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, instituído pelo Decreto nº. 5.033/2004. Assim como serão apoiadas e as ações desenvolvidas pelos serviços da ATER Pública, que tem objetivos, orientações, estratégias e metodologias já predefinidas para atender as necessidades da ATER.

2.1 Desenvolvimento do campo na concepção de Educação do Campo

Em meados dos anos 60, houve uma forte tentativa de concentração da terra no sudoeste do Paraná, nas mãos de companhias. Agricultores descontentes foram para o enfrentamento e exigiram do governo a posse de suas terras, constituindo-se o minifúndio. Estas famílias serviram ao capital, para acumulação de riqueza e crescimento das indústrias, tornando-se um mecanismo de transferência de mão-de-obra e subordinação progressiva.

A Revolução Verde significou para o campo uma entrada massiva de tecnologias – insumos e máquinas – desenvolvidas pelo capital industrial, com vistas ao aumento da produção na lógica empresarial. Os agricultores/as que não se integraram na lógica

do mercado capitalista são hoje o público de uma política de compensação. O capital foi ganhando espaço no campo, levando muitos agricultores à dependência total, chegando à sua inviabilidade, inclusive, perdendo as suas terras.

Diante disso, surge o debate da extensão rural voltada para o combate à carência, às doenças, à ignorância, Os menos favorecidos no campo eram tidos como desprovidos de valores, sem a competência de sistematizar as tarefas que envolviam o seu dia-a-dia. Assim se reforça a exclusão social.

Pensar no desenvolvimento com perspectiva de superação do clientelismo, da fragmentação, da fragilização, da complexidade e da descontinuidade de políticas públicas: uma referência neste sentido nos dá o Projeto Vida na Roça, com trabalhos nas diversas dimensões do desenvolvimento e na perspectiva das políticas públicas. Assim, diz no “Projeto Vida na Roça” (2003, p. 11):

...estratégia esta que implica numa luta política articulada ao conjunto da sociedade pela democratização dos bens gerados e pela resignificação dos espaços na dinâmica da geração da qualidade de vida. Esta perspectiva recoloca ainda a discussão do desenvolvimento tendo como pressuposto o maior controle do Estado pela Sociedade Civil sem privatizar, implicando na reconcepção da idéia de política pública e da ação do Estado no desenvolvimento.

As metodologias usadas pela assistência técnica, muitas vezes inibem o processo de aproximação entre o profissional e os agricultores/as. Como afirma Pereira (2004, p. 1), “... os atores sociais e seus conhecimentos estão envolvidos em processos de mudança, especialmente quando tratamos de tecnologias agropecuárias que estão vinculadas aos interesses de diversos grupos sociais”.

Dentro do modelo de assistência técnica, se revela uma função mais ampla do que simplesmente difundir técnicas, novos modelos e novas tecnologias. São difundidos também valores e normas, concepções e mecanismos de autonomia econômica, social e política.

Como diz um dos entrevistados:

Através do trabalho, criar consciência no agricultor/a, uma mentalidade, que hoje, se ele voltasse a produzir como era antigamente, claro, que as novas

tecnologias ajudam, mas que levem em consideração a questão ambiental, conservação dos solos, que antigamente ele tinha, é o primeiro passo para que ele se sustente. (Profissional II, 2007)

A assistência técnica e extensão rural vem sendo um instrumento de mudança social. Tem como foco trabalhar as comunidades rurais, na organização comunitária, redimensionando conhecimento com formação política, que possa contribuir para a promoção, desenvolvimento da família e da comunidade, como um todo. Serve, ainda, na construção da cidadania, através de processos educativos permanentes e continuados, visando mudanças de atitudes e procedimentos dos atores sociais, potencializando a melhoria de qualidade de vida e promovendo o desenvolvimento sustentável.

Hoje está bem melhor, já temos acompanhamento técnico, temos muito mais incentivos, mas mesmo assim temos dificuldade. Estamos aprendendo a planejar junto com a comunidade, assim aprendo a planejar a minha propriedade juntamente com o técnico que me dá novas idéias, que me faz lembrar como plantava o que posso reaproveitar e o que posso melhorar. (Agricultor A, 2007)

O desenvolvimento do campo, nas últimas décadas, se fez dentro das concepções de um desenvolvimento capitalista que alterou o modo de viver dos sujeitos do campo, provocando profundas transformações que afetam suas próprias origens.

Atualmente, busca-se mudar este paradigma de desenvolvimento capitalista para um desenvolvimento socialmente mais justo, visando a sustentabilidade de nosso planeta. No campo o desenvolvimento tem características que fortalecem o campo ecológico, o sócio-cultural e o econômico.

Neste processo, as mudanças no campo ecológico são: diminuir e/ou colocar fim aos efeitos negativos no meio ambiente, não liberando substâncias tóxicas e/ou nocivas, preservar a fertilidade do solo, utilizar a água de modo a satisfazer as necessidades hídricas, do ambiente e das pessoas, serem dependente de recursos do agroecossistema através da ciclagem de nutrientes e valorizar e conservar a

diversidade biológica.

No campo econômico, garantir a reprodução das populações locais, em qualidade de vida, garantir um sistema agro-alimentar sustentável em todos os níveis.

No campo sócio-cultural, aqui relacionado como um dos principais, é valorizar o saber local em todo o processo de desenvolvimento, equidade no acesso à tecnologia, valorizar o potencial endógeno da comunidade e dos sujeitos do campo. É construir um saber na conscientização da ação, entendida como o esforço dos sujeitos em retomar seu destino histórico, a produção de suas vidas e a cultura em suas próprias mãos. Um saber dentro das concepções da educação popular, que é capaz de recriar-se a partir da realidade, cultivando memórias, ressignificando a cultura, os valores, os saberes, os fazeres. Criar conhecimento crítico, da teoria e da prática, da construção coletiva, e do fortalecimento e das organizações populares, resgatando a identidade coletiva na formação de um sujeito de diálogo para a transformação da sociedade como um todo.

Todo o nosso processo precisa ser voltado à realidade da Agricultura Familiar, olhar não somente a produção, isso os agricultores sabem fazer, mas formar pessoas capazes de observar, entender a realidade e com capacidade de transformação. Só assim conseguiremos implantar um modelo de vida sustentável. (Profissional II, 2007)

A assistência técnica e extensão rural, nas concepções da Educação do Campo, buscam a integralização dos sujeitos do campo com o profissional da ATER sendo um articulador de todo este processo.

Do ponto de vista dos interesses dominantes, não há dúvida de que a educação deve ser uma prática imobilizadora e ocultadora de verdades. Toda vez, porém, que a conjuntura o exige, a educação dominante é progressista à sua maneira, progressista "pela metade". As forças dominantes estimulam e materializam avanços técnicos compreendidos e, tanto quanto possível, realizados de maneira neutra. O próprio comportamento progressista do empresariado que se moderniza, [...] se esvazia de humanismo quando da confrontação entre os interesses humanos e os do mercado. É uma imoralidade, para mim, que se sobreponha, como se vem fazendo, aos interesses radicalmente humanos, os do mercado. (FREIRE, P. 99-100, 1996)

A formação dos técnicos se deu em escolas projetadas nos moldes de uma formação voltada para o capitalismo, interessadas na expansão da produção visando o

lucro e suprindo às necessidades do pacote da Revolução Verde, habilitando ao profissional a vender pacotes já pré-estabelecidos e intencionalmente concebidos, como disse uns dos entrevistados: “... *não somos formados para trabalhar com pessoas, e sim com animais, plantas e solo, as pessoas não fazem parte deste processo, simplesmente levamos tudo pronto...*”, vemos que os sujeitos estão excluídos no processo de formação dos profissionais de ATER. O profissional que quer fazer uma assistência técnica diferenciada tem de buscar conhecimento em outras fontes de conhecimento voltadas para o sujeito, pois o sujeito do campo é o principal ator e deve fazer parte do processo histórico.

Todo o processo de formação não se faz de um dia para o outro. Acontece a longo prazo, pois implica em mudança de vida. É um processo de construção com os sujeitos envolvidos na formação profissional e formação dos sujeitos do campo que se faz gradativamente, que acontece dentro dos tempos e espaços de cada sujeito. Afinal, como afirma Paulo Freire (1959, p. 8), “o homem é um ser de relações que estando no mundo é capaz de ir além, de projetar-se, de discernir, de conhecer [...] e de perceber a dimensão temporal de existência como ser histórico e criador de cultura”.

No contexto atual, o processo de exclusão social, de concentração de riqueza e degradação ambiental, entre outros impactos negativos da modernização, faz com que organizações populares movimentem-se para efetuar e efetivar políticas públicas, que beneficiem não só os sujeitos do campo, mas toda sociedade. Integram políticas tais como: ambiental, social, econômica, agrária, de saúde, habitação, educação, infraestrutura, esporte, cultura e agrícola; caminho mais fecundo para promover tanto o fortalecimento dos sujeitos envolvidos, quanto o desenvolvimento sustentável.

Diante desta realidade perversa, nosso país terá de fazer uma escolha: ou segue no caminho trilhado até aqui e sucumbe à barbárie; ou revê o caminho e começa a elaborar um outro projeto de desenvolvimento, em outras bases, e que inclua o povo brasileiro, mas todo o povo, como sujeito da construção de novas alternativas que tenham como pilares a justiça social, a diminuição das desigualdades e a construção de uma nova cultura, que ajuda a repensar o nosso jeito de ser país, de ser povo, de fazer história. (KOOLING et al, 1999, p, 50)

O debate em torno de uma assistência técnica e extensão rural diferenciada tem envolvido as organizações populares na busca de concretização em políticas públicas que viabilizem a formação dos profissionais e dos sujeitos do campo. Os “modelos” de “serviços” de assistência técnica e extensão rural precisam ser reformulados, em função das grandes transformações ocorridas na agricultura e no mundo, pensando nas experiências dos últimos tempos.

No auge destas transformações, é preciso se intensificar os debates para o desenvolvimento sustentável, envolvendo a agroecologia e outras formas e modelos de desenvolvimento, onde o próprio sujeito faça parte do processo histórico.

2.2 Agroecologia – Projeto de Desenvolvimento do Campo

O modelo agrícola convencional tomou-se inviável economicamente e ambientalmente, gerando situações insustentáveis, a longo prazo. O processo modernizador da agricultura brasileira trouxe graves conseqüências ambientais e transformações sociais amplas; isso implica em um novo modelo de desenvolvimento do campo. Vários estudos se desenvolveram em face desta temática, em busca de um modelo de desenvolvimento do campo equilibrado e sustentável, de médio e longo prazo, com propostas compatíveis com o que se espera de um novo desenvolvimento do campo.

A intensificação do uso de agrotóxicos e da mecanização do campo intensificou a degradação dos solos, a contaminação do meio ambiente e a agressão aos recursos naturais, o que tem se refletido na qualidade de vida dos sujeitos do campo. Vimos que os pacotes agrícolas não garantiram os rendimentos esperados do campo. Ao contrário, tem crescido excessivamente a dependência de produtos químicos. A monocultura intensificou-se e as propriedades de produção familiar foram esquecidas nas políticas de desenvolvimento do campo:

“Com ênfase na especialização justificada por ganhos de escala no curto prazo, esqueceram-se os problemas ecológicos daí advindos”. Esqueceu-se que “a redução da biodiversidade desestabiliza o agroecossistema e o esforço para

conservar a estabilidade implica na importação de energia, na degradação ambiental e no aumento dos custos de produção” (Pereira Filho, 1991. CAPORAL E COSTABEBER, p. 7, 2004)

Hoje, é necessário que se refaçam as políticas em relação ao modelo agrícola que está colocado, “partindo-se de uma distinção clara de interesses, características e potencialidades de cada tipo de público”. (Caporal e Costabeber, p. 7, 2004) Estas políticas devem ser ajustadas ao ideal dos sujeitos do campo, valorização das alternativas de menor custo e racionalizar os recursos naturais, a partir de conhecimentos dos sujeitos do campo, integrando material com o imaterial.

Quero destacar que a extensão rural tem uma grande responsabilidade, integrar estes espaços, com o compromisso de novas alternativas, de sustentabilidade ecológicas e adequadas, a compreensão dos sujeitos do campo.

Não se pode trabalhar de forma indiferente em relação ao campo, é preciso definir um rumo e adotar políticas agrícolas concretas, que envolvam os sujeitos do campo, que por muito tempo foram excluídos do processo agrícola, ficando à margem da sociedade.

O avanço do capitalismo faz com que os sujeitos do campo, às margens da sociedade, criem suas próprias estratégias de resistência, superação e de sobrevivência no campo. Surgiram novos debates entre estes atores sociais.

Uma alternativa de desenvolvimento do campo difundida pelas organizações e movimentos populares é a diferenciação do modo de produção, levando-se em conta os estilos de vida, cultura e conhecimento local, a socialização e as tecnologias usadas para menos agredir ao ambiente e à saúde das pessoas, a agroecologia, um modo de desenvolvimento do campo mais auto-suficiente e sustentável. A agroecologia traz a visão do todo, do conhecimento da natureza e tudo o que nela existe e procede. A agroecologia coloca os sujeitos à pensarem sobre a sabedoria popular, identificando o potencial de equilíbrio para ao pleno desenvolvimento do campo. Para Altieri, a agroecologia incorpora idéias sobre um enfoque de uma agricultura mais ligada ao meio ambiente e mais sensível socialmente, centrada não só na produção, mas também na sustentabilidade ecológica do sistema de produção. (ALTIERI, 1999)

Depois de várias décadas de aceleração da degradação dos bens naturais (derrubada das matas, contaminação do meio ambiente, como água, ar e solo, dos

alimentos e das pessoas e animais, entre outros males do modelo convencional do desenvolvimento agrícola), a sociedade passa a exigir novas condições de vida, um novo modelo de desenvolvimento; inicia-se, então, o debate em torno de um modelo sustentável. A busca de outros modelos de vida e de produção, que sejam capazes de reverter ou assegurar este processo de degradação colocado aí. Se começa a debater um desenvolvimento que assegure a preservação do meio ambiente, enfim, dos recursos naturais dos quais dependemos e dos quais dependerão as gerações futuras. A cada dia a procura de alimentos limpos e saudáveis aumenta, pois tem sido grande a procura e produção de alimentos orgânicos no Brasil e no mundo, que em parte supre as necessidades daqueles que optam por mudança de vida. Mas os níveis de exclusão social, tratando-se aqui principalmente da agricultura familiar, e a lógica do capitalismo têm brutalmente afetado este setor, que tem pouca capacidade de resposta.

A exclusão social gerada pelos modelos convencionais de desenvolvimento promoveu a necessidade de se buscarem novas estratégias que assegurem a equidade social, a inclusão dos sujeitos excluídos, o apoio para as áreas que não conseguem alcançar os objetivos de vida digna e com qualidade. Na lógica do mercado capitalista, o objetivo é obter mais e mais lucro, mesmo que isso implique na degradação do meio ambiente e dos sujeitos que o integram. Como diz na entrevista o profissional III, 2007:

Desenvolvimento na Agricultura Familiar é muito mais do que a gente pensa. Desenvolvimento já diz, é o que está envolvido e o que está envolvido pra nós hoje, não servido, então às vezes a gente contesta alguns conceitos, assim como alternativo, alternativo o que é, convencional, para alguns é uma coisa, para outro é outra bem diferente. Desenvolvimento é um conjunto, o todo. Desde os filhos até a questão econômica, envolve a família, a comunidade, os vizinhos. Desenvolvimento se faz com solidariedade. Agroecologia é um projeto de desenvolvimento, mas não se faz isoladamente. Acho que desenvolvimento, além do aspecto produtivo, tem a sua forma, tem que interagir com os espaços, com o processo familiar, processo de construção, as relações com as famílias, as relações externas. Como melhorar sua condição de vida, sua qualidade de vida e também precisa desenvolver o seu lado econômico, tu precisa dele pra viver, precisa ser bem estruturado. Os agricultores/as precisam entender que eles não estão sozinhos e que não estão em um estado de vergonha, mas alguém que está no meio rural, que produz alimentos para as pessoas. Tu falar em desenvolvimento, trabalhar com agroecologia, mas teu filho foi embora porque não tem mais o que fazer na terra, isso não é desenvolvimento, apenas conseguiu inserir algumas pessoas no processo, outras deixaram escapar.

Quando se fala em desenvolvimento do campo, emerge o cidadão com base em valores políticos e de participação; condições sociais e econômicas que garantam o acesso aos benefícios de sobrevivência digna.

A incorporação dessas demandas às lutas e mobilizações sociais cria a consciência e a prática de planejar o desenvolvimento como processo assumido pelas sociedades locais com maior autonomia face ao Estado. A presença do Estado para garantir o caráter social do desenvolvimento ainda é fundamental e decisivo para evitar que se consolide a privatização dos bens sociais. O Estado pode e deve sim evitar a expansão das desigualdades.

As políticas públicas emergentes apontam para mudanças necessárias, e/ou constituem estratégias que respeitam as organizações e movimentos populares, que sinalizam mudança do setor e que valorizam as diferenças, se manifestam pela criatividade da organização, pelas novas formas de solidariedade e pela organização representada através das lutas. Assim, se fortalecem as políticas públicas com organizações e movimentos populares formais e informais.

O desenvolvimento local resulta da mobilização de recursos sociais, econômicos e culturais, num espaço demarcado por especificidades que induzem mudanças qualitativas naquele espaço. Entendemos que desenvolvimento deve incluir crescimento econômico, justiça, participação social e preservação ambiental. Este desenvolvimento privilegiaria o ser humano na integralidade, possibilitando a construção da cidadania. Neste caso, as questões econômicas têm de estar articuladas às questões sociais, culturais, políticas, ambientais e às relações sociais de gênero e raça. Assim, não há desenvolvimento do campo sem integrar todos os espaços que lá existem. A luta dos sujeitos do campo é pela terra, por uma política agrícola diferenciada, políticas sociais e direitos que se integram a um projeto alternativo de desenvolvimento baseado na expansão e fortalecimento do campo.

Pensar num projeto de desenvolvimento do campo agroecológico implica em debater com os sujeitos do campo sua relação com meio ambiente, sua qualidade de vida e desenvolvimento, fortalecendo novas relações entre seres humanos e a natureza.

A agroecologia corresponde a um vasto campo de conhecimentos que engloba o todo, a multidisciplinaridade, com intenção de contribuir na construção de novos modelos de agricultura com base ecológica e na elaboração de estratégias de desenvolvimento do campo.,Na agroecologia se integram os diversos sistemas, como: economia, meio ambiente, produção, preservação da diversidade cultural e biológica, utilização e valorização do conhecimento local. Caporal e Constabeber, citando Altieri, ressaltam:

... que a expressão agricultura sustentável se refere à “busca de rendimentos duráveis, a longo prazo, através do uso de tecnologias de manejo ecologicamente adequadas”, o que requer a “otimização do sistema como um todo e não apenas o rendimento máximo de qualquer produto específico.” (ALTIERI, 2000 a, apud CAPORAL E CONSTABEBER, P. 3)

Portanto, agroecologia é um modelo de agricultura sustentável, que reconhece a natureza sistêmica na produção de alimentos, equilibrando, com eqüidade, preocupações relacionadas à saúde ambiental, justiça social e viabilidade econômica entre os diversos setores da sociedade, incluindo distintos povos e diferentes gerações.

Os profissionais de ATER não estão preparados para mudança de modelo na agricultura familiar, para um desenvolvimento sustentável, como diz o agente de ATER que já está integrado neste processo:

Os técnicos hoje não estão preparados. Temos muitos técnicos que trabalham conosco numa condição em que pouco tempo saíram das escolas ou da Universidade e o pessoal não tem preparação para o trabalho diferenciado, tem muito que caminhar e construir, muitas coisas novas a aprender, nos auxiliam pessoas com experiência, mas parece que o pessoal não entendeu ainda este processo de desenvolvimento. (Entrevistado III, 2007)

Paulo Freire diz muito claro:

A assistência técnica é mais do que o treinamento, porque é busca de conhecimento, é apropriação de procedimentos.
Não pode nunca reduzir-se ao adestramento, pois que a capacitação só se verifica no domínio do humano.

O homem, como antes afirmamos, ao contrário do animal, cuja atividade é ele próprio, é capaz de exercer um ato de reflexão, não somente sobre si mesmo, mas sobre a sua atividade, que se encontra separada dele, como separado dele se acha o produto de sua atividade.

A assistência técnica, na qual se pratica a capacitação, para ser verdadeira, só pode realizar-se na práxis. Na ação e na reflexão. Na compreensão crítica das implicações da própria técnica.

A capacitação técnica, que não é um adestramento animal, jamais pode estar dissociada das condições existenciais dos camponeses, de sua visão cultura, de suas crenças. Deve partir do nível em que eles se encontram, e não daquele em que o agrônomo julgue deveriam estar. (FREIRE, p. 88/89, 1977)

Há uma distância entre o discurso e a prática. Vê-se a necessidade, diante do público atendido, agricultura familiar, da mudança, da definição de um novo papel. Para isso, é necessário que se mudem as bases teóricas e seus enfoques metodológicos, seus objetivos e suas estratégias. Só assim irá se promover mudança e apoiar novas estratégias no e para o campo, promovendo a proteção e recuperação do meio ambiente, com sustentabilidade e equidade.

Isso implica na construção de novos contextos históricos de conhecimento e prática social; precisa-se entender a agricultura familiar associada a um modelo de desenvolvimento sustentável, com princípios agroecológicos, com uma lógica claramente distinta da agricultura capitalista.

Este processo se dá através da aprendizagem entre agentes da ATER e agricultores/as familiares, com base na experimentação e no erro. Valoriza a acumulação de conhecimento, não de um processo formal, mas que vem da integração dos sujeitos que fazem história, fazendo parte da história.

Ainda há muito que se construir: saberes ecológicos, agronômicos, sociais e econômicos que permitam desenvolver uma “Assistência Técnica e Extensão Rural” em processos mais participativos, onde o meio ambiente e o homem são os principais integrantes do processo de mudança atrelada à promoção da qualidade de vida, da inclusão social e do resgate da cidadania do campo.

No quadro abaixo, podemos ver alguns elementos para diferenciar tipos de extensão rural, conforme Caporal:

Indicadores	Extensão rural convencional	Extensão rural agroecológica
Bases teóricas e	Teoria da Difusão de	Desenvolvimento local.

ideológicas	Inovações. Conhecimento científico em primeiro lugar.	Agricultores em primeiro lugar. Resistência dos camponeses.
Principais objetivos	Econômico. Incremento de renda e bem estar mediante a transferência de tecnologias. Aumento de produção e produtividade.	Eco-social. Busca de estilos de desenvolvimento equilibrado e ambientalmente sustentável. Melhorar as condições de vida com proteção ao meio ambiente.
Compreensão sobre o meio ambiente	Base de recursos a ser explorada para alcançar objetivos de produção e produtividade. Aplicação de técnicas conservacionistas.	Base de recursos que deve ser utilizada adequadamente de forma a alcançar estabilidade nos sistemas agrícolas. Evitar ou diminuir impactos ao ambiente e aos estilos de vida.
Compreensão sobre a agricultura	Aplicação de técnicas e táticas agrícolas. Simplificação e especialização.	Processo produtivo complexo e diversificado, em que ocorre a co-evolução das culturas e dos agroecossistemas.
Lógica para a agricultura sustentável	Intensificação verde. Aplicação de tecnologias mais brandas e práticas conservacionais em sistemas convencionais.	Orientação pelos princípios da agroecologia. Tecnologias e práticas adaptadas a agroecossistemas complexos e às diferentes culturas.
Metodologia	Para transferência de informações e assistência técnica. Participação funcional dos beneficiários.	Para recuperação e síntese do conhecimento local, construção de novos conhecimentos. Investigação-ação participativa.
Comunicação	De cima para baixo. De uma fonte a um receptor.	Diálogo horizontal entre iguais. Estabelecimento de plataformas de negociação. Construir conhecimentos.
Educação	Persuasiva. Educar para a adoção de novas técnicas. Induzir a mudança social conservadora.	Democrática e participativa. Processo dialógico. Aumenta o poder dos agricultores para que decidam.
Papel do agente	Professor. Repassar tecnologias e ensinar práticas. Assistente técnico.	Facilitador. Apoio à busca e identificação de melhores opções e soluções técnicas e não técnicas.

Fonte: Capítulo VIII da tese de Caporal (1998)

2.3 Educação do Campo – Reconstrução do ser humano

O projeto imposto até agora sempre privilegiou o capital, o que concentrou as riquezas na mão de poucas pessoas, empobrecendo a classe trabalhadora. É necessário mudarmos esta lógica, pensando em desenvolvimento, políticas públicas e estruturas econômicas vigentes de forma a melhorar as condições de vida de toda a sociedade.

Por um longo período, ouviu-se em debates e discursos a falta de desenvolvimento do campo, os sujeitos do campo sendo considerados atrasados e sem cultura, enfim, sem vida própria. A educação era voltada exatamente para suprir as demandas da intencionalidade do capitalismo, ou seja, formar sujeitos subordinados ao trabalho de geração de lucro para crescimento do capital.

O processo educativo não deve ser reduzido a uma capacitação técnica, mas, como diz Paulo Freire (1977), dever ser esforço dos quais os homens se decifram a si mesmos como sujeitos cognocentes mediatizados pelo mundo. O autor faz várias referências que nos fornecem reflexões sobre o processo de educação de nossas escolas, que deveriam ser menos tecnicistas. Estas reflexões se tornam mais claras quando vemos Paulo Freire fazer uma análise do trabalho do agrônomo, chamado de extensionista, que deveria ser chamado de educador ou mediador de conhecimentos ou mesmo de educador do campo.

Bernardo Mançano Fernandes (2004, p. 141-142) expõe sobre a Educação do Campo na visão de reconstrução do ser humano:

Educação do Campo é um conceito cunhado com a preocupação de se delimitar um território teórico. Nosso pensamento é defender o direito que uma população tem de pensar o mundo a partir do lugar onde vive, ou seja, da terra em que pisa, melhor ainda: desde a sua realidade. Quando pensamos o mundo a partir de um lugar onde não vivemos, idealizamos um mundo, vivemos o não-lugar. Isso acontece com a população do campo quando pensa o mundo e, evidentemente, o seu próprio lugar a partir da cidade. Esse modo de pensar idealizado leva ao estranhamento de si mesmo, o que dificulta muito a construção da identidade, condição fundamental da formação cultural. (FERNANDES, p. 141-142, 2004)

Devido às diferenças de lugar, determinadas tanto pela evolução natural quanto pela social, associadas à criatividade humana e sua capacidade de adaptação, cada povo desenvolveu formas, maneiras, culturas, ideais que variam em função da história de cada um. Isso vai determinar jeitos diferentes de interpretar a realidade, adaptar-se

ao meio ambiente, viver a vida. Portanto, por influência das diferenças nos tomamos diferentes uns dos outros, embora iguais em direitos e dignidade.

Surge o desafio de reconhecer e favorecer o potencial dos agricultores/as familiares, não somente pela capacidade de produzirem alimentos, mas pela sua capacidade de mostrarem novas formas de organização social que favoreçam a solidariedade, a interação e reciprocidade entre os sujeitos.

O desafio está também para o agente do campo em buscar compreender os sujeitos do campo. E, metodologicamente, buscar enfatizar ações baseadas em um novo enfoque educativo. Sabemos que o saber do agente do campo não pode ser o saber dominante, e, muito menos, o único saber que é válido. O agente deve ser um articulador de novas propostas. Um dos entrevistados disse o seguinte:

Não somos obrigados a saber tudo, mas se soubermos buscar informações, já é um grande passo. O conhecimento ninguém tira de você. O agricultor não está somente interessado na questão tecnológica, tenho notado que existem vários outros problemas antes disso. Mas muitas vezes os técnicos não querem errar juntos. Trazem a informação com receitas prontas, ao fazer o processo inverso, de promover um processo de troca de informações, em que tu leva alguma coisa para o agricultor/a, e, ao mesmo tempo estás aprendendo com ele. (Profissional IV, 2007)

Reconhece-se, portanto, que os agricultores/as e os agentes têm papéis parecidos no processo de construção de estratégias de desenvolvimento, como promover uma nova realidade local e específica de cada um. Faz-se necessário integrar os aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais a partir de cada realidade, nos diferentes estilos de agricultura, valendo-se da agricultura para uma nova construção social.

Um ano e pouco de acompanhamento técnico, tem dado resultado em vários setores que a gente trabalha. E eles fazem acompanhamento, na orientação, na informação. Nós conseguimos organizar, que era muito difícil se organizar, se reunir, fazer reuniões, discutir as dificuldades com a comunidade, as necessidades que existe na comunidade. O técnico ajudou neste processo. Ainda sentimos falta de um trabalho básico de acordo com a propriedade, pequena, com dificuldade de plantio, terreno dobrado, com bastante pedra, dificulta bastante o sistema de você trabalhar, um pouco mais voltado a cada tipo de área. (Agricultor III, 2007)

A “extensão rural e assistência técnica” levam à necessidade de construir formas de trabalho e adotar metodologias que sejam capazes de integrar os processos de desenvolvimento endógeno que valorizam os recursos localmente disponíveis, tanto humanos como ambiental. O relacionamento do agente de ATER com o agricultor/a deve procurar suprir objetivos que incluam desejos e necessidades de mudança nas condições econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais, Isto inclui saúde, bem estar, lazer, relação de gênero e raça, contribuindo para a equidade social e para um desenvolvimento sustentável.

Paulo Freire nos aponta para:

“Isto demanda um esforço não de extensão mas de conscientização que, bem realizado, permite aos indivíduos se apropriarem criticamente da posição que ocupam com os demais no mundo. Esta apropriação crítica os impulsiona a assumir o verdadeiro papel que lhes cabe como homens. O de serem sujeitos da transformação do mundo, com a qual se humanizam. (FREIRE, p. 36, 1977)

Assim, como mudança histórica, vê-se a necessidade de um esforço dos sujeitos para construção de novos conceitos, novas abordagens para um processo de transição a um desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, reconhecendo e favorecendo potencial dos sujeitos do campo, considerando os saberes e valores locais integrados a um processo de ampla comunicação de que fazem parte a sensibilização, o diálogo, a capacitação, informações e todas as formas de conhecimentos a fim de apoiar os processos decisórios relacionados aos sujeitos do campo.

3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando algumas das questões que levaram a este estudo, compreender a relação dos profissionais de ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural com as famílias agricultoras/camponesas na perspectiva de reconstrução do ser humano, enfatizo dizendo que estamos num momento de mudança na forma “prestar serviço” aos agricultores. Principalmente porque estamos num grande debate de desenvolvimento sustentável.

Movimentos e organizações sociais buscam desenvolver junto ao campo novas propostas de desenvolvimento, tendo como princípios e valores humanos a relação e interdependência entre o sistema social e o sistema ecológico. “Extensão rural e assistência técnica” é algo complexo, porque nas mudanças encontram-se muitos obstáculos e limites. Propostas transformadoras e viáveis enfrentam e tentam superar certos obstáculos que ficaram impregnados no sujeito *no e do* campo.

A busca por conhecimentos novos é necessária para a construção e internalização de novas bases teóricas e metodológicas. A passagem de um conceito para outro, do capitalismo para supostamente o socialismo, supõe mudança de vida e opção política, tendo em vista uma concepção de relação homem e natureza. Exige ruptura com os conceitos dominantes e a superação do modo capitalista.

Nem sempre essa perspectiva estratégica é incorporada, pois a maioria dos sujeitos está envolvida no fazer imediato, e chega a um momento que percebem apenas que esta nova perspectiva é uma alternativa paralela à dominante. Pude perceber isso em uma das entrevistas com um dos profissionais, falando sobre a agroecologia:

Acho que é uma área interessante, é um nicho de mercado e dá para realizar um bom trabalho, mas o agricultor que quer ir para esta linha tem que ser muito sincero no que está fazendo. Pois quando chega um estágio em que fica insustentável ele vai fazer outra coisa”. (Profissional II, 2007)

Na agricultura têm se intensificado a monocultura, uso intensivo de fertilizantes de origem industrial, de sementes transgênicas, uso de agrotóxicos (cujos princípios ativos são destruidores de vida), intensa mecanização, destruição da natureza e o que

nela existe e a exploração da força de trabalho. Ou seja, a agricultura está subordinada ao modelo e às estratégias anti-sociais, anti-ambientais, anti-alimentar e anti-nutricional. E, para se superar esse modelo, precisa-se buscar conhecimento, e, acima de tudo se optar. Optar por novas estratégias, contrárias às regras que nos são impostas pelo capitalismo.

Essa superação do atual modelo estaria apoiada em um modelo diversificado, nova matriz tecnológica, inspirada na agroecologia, desenvolvendo estratégias de desenvolvimento sustentável. A “extensão rural e assistência técnica” deverão passar uma transformação de valores e princípios. Mudanças nas práticas atuais para uma maior inserção dos técnicos na realidade local; resgate e valorização do conhecimento adquirido (não formal dos sujeitos do campo); descentralização da gestão social; estratégias metodológicas que devem estimular o diálogo e a cooperação entre os sujeitos (agente de ATER e agricultor/a). O agente do campo deve considerar em seu trabalho as características locais, adotando perspectivas de médio e longo prazo, através de uma efetiva participação e integração dos objetivos da produção agrícola, dos aspectos sociais, ambientais, culturais e políticos, não esquecendo nunca de considerar os valores e princípios do desenvolvimento sustentável.

Como nos ensina Paulo Freire:

... quando se tenta modificar técnicas referentes a crenças, como quando se ameaçam as crenças, que, por sua vez, determinam técnicas e formas de ação e de comportamento.

É por isto que não é possível ao agrônomo-educador tentar a mudança das atitudes dos camponeses, em relação a qualquer destes aspectos (dos quais o conhecimento deles, que não se pode ignorar) se encontra em nível preponderantemente sensível) sem conhecer sua visão do mundo e sem enfrentá-la em sua totalidade. (FREIRE, P. 35, 1977)

Para ter êxito no trabalho de “extensão e assistência técnica”, o agente do campo tem que ir em busca de um conhecimento diversificado, com embasamento teórico e metodológico e junto com os sujeitos do campo integrar a realidade local, desenvolver um projeto sustentável para a comunidade e a família, aplicar um novo modelo de vida baseado na solidariedade e cooperação.

Pode-se afirmar que a contribuição do agente do campo se manifesta importante no debate sobre um novo modelo de desenvolvimento do campo e nas propostas de

mudança do atual modelo da agricultura. Considerando a fala de um agricultor: "... com o acompanhamento técnico temos notado mudanças em vários setores: organização, na produção, dificuldades com a comunidade e as necessidades que temos aqui na comunidade..." (Agricultor III, 2007)

Outro fator estruturante: a educação faz a mudança acontecer. Aqui não se fala somente da educação formal, mas daquela adquirida historicamente. A educação contribui para a construção de homens e mulheres na afirmação de um novo modo de vida. Através da educação se faz o conhecimento, e com o conhecimento se perpassam os objetivos tomados, que passam a ser concretizados.

Não é possível discutir educação sem ter presente a formação do ser humano. O sujeito precisa e necessita fazer parte do processo de mudança, pois ao contrário fica aquém/além da sua realidade local.

É necessária uma estratégia de qualificação dos agentes do campo, com atenção especial aos conceitos metodológicos, pois existe uma grande deficiência dos técnicos do campo no domínio de métodos que programem ações mobilizadoras e participativas dos sujeitos do campo, favorecendo a criação de uma boa relação entre o agente do campo e o agricultor/a, em que ambos reconhecem o seu potencial e o saber dos sujeitos do campo, para construírem seus próprios projetos de desenvolvimento. O papel do agente do campo é ser um articulador, facilitador, integrar os sujeitos do campo a fim de desenvolverem a capacidade autocrítica e de sujeitos ativos em processo de transformação. Através do seu trabalho o agricultor/a poderá privilegiar o uso de tecnologias adaptadas a cada realidade, buscando a construção social de alternativas locais apropriadas à realidade dos agricultores familiares. "Dessa maneira, os serviços de assistência técnica e social passarão a ser um poderoso instrumento pedagógico de formação que exige uma relação horizontal democrática entre o técnico e o agricultor, facilitando a troca de saberes". (PEREIRA, 2008)

Finalmente, cabe reconhecer os enormes desafios que estão colocados. O objetivo é ir além da elaboração e implantação de projeto alternativo. É desafiar o atual modelo econômico, político e social para um projeto alternativo de desenvolvimento do campo numa perspectiva de agricultura e desenvolvimento do campo sustentáveis. Desafios grandes e complexos, mas que podem ser alcançados. A superação depende

da capacidade de diálogo e de aprendizagem coletiva que se possam estabelecer entre os sujeitos envolvidos do e no campo. Desenvolvimento que privilegia o ser humano na sua integralidade, possibilitando construção de cidadania. Entender que desenvolvimento sustentável não só envolve questões teóricas e perspectivas futuristas, mas elementos práticos que devem ser adotados na vida cotidiana. A consolidação destas ações se dá através da socialização de conhecimentos e saberes das experiências adquiridas durante o processo; entre movimentos e organizações sociais, envolvendo agricultores, agentes do campo e todos os integrantes que fazem parte da realidade em que se está propondo mudanças.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: Bases científicas para una agricultura sustentable**. Editora: Nordan Comunidad. Montivideo. 1999.

CAPORAL, F. R. **Recolocando as coisas nos seus devidos lugares: um manifesto em defesa da extensão rural pública e gratuita para a agricultura familiar**. In: SEMINÁRIO NACIONAL: DECIDINDO POLÍTICAS DE EXTENSÃO RURAL PARA O BRASIL, 2002.

CAPORAL, F. R., COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão Rural: Contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília, DF. 2004.

CAPORAL, F. R., COSTABEBER, J. A. **Segurança alimentar e agricultura sustentável: Uma perspectiva agroecológica**. Brasília, DF. 2004.

DUARTE, Valdir P. **Escolas Públicas no Campo: problemáticas e perspectivas: um estudo a partir do Projeto Vida na Roça**. Francisco Beltrão, PR: Assessor, 2003.

FERNANDES, Bernardo M. **Diretrizes de uma caminhada**. In. ARROYO, Miguel G.; CALDART, Roseli S.; MOLINA, Mônica C.; (orgs). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis, RJ. Vozes, 2004.

FREIRE, Paulo. **EXTENSÃO OU COMUNICAÇÃO?**. Ed. 12ª, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Cortez, 1996.

FREIRE, Paulo. **Educação e atualidade brasileira**. Recife: Universidade do Recife, (Mimeo), 1959.

JARA, Oscar H. **El aporte de la sistematización a la renovación teórico-práctica de los movimientos sociales**.

LUDKE, Menga, **PESQUISA EM EDUCAÇÃO: Abordagens Qualitativas**. Ed. Pedagógica e Universitária Ltda. São Paulo. 1986.

MINAYO, Maria C. de S. (org.) et al. **Pesquisa Social: Teoria Método e Criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

KOLLING, E. J. et al. **Por uma educação básica do campo**. Editora: Universidade Federal de Brasília, Brasília, 1999.

PEREIRA, Q. E. **Assistência Técnica e Extensão rural ou Assessoria Técnica e Social? Visões opostas do apoio à agricultura familiar**. Campina Grande, Março. 2008.

Projeto Vida na Roça. “**Vivenciando e Refletindo sobre as Bases do Desenvolvimento do Campo**”. Volume III. Assesoar e outros. Francisco Beltrão, 2002.

SAQUET ARRIEL, Adriano et al. **Agricultura Ecológica e Ensino Superior: contribuições ao debate**. Grafit Editora. Francisco Beltrão (PR), 2005.

5 BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABROMOVAY, Ricardo, (Org.). **LAÇOS FINANCEIROS NA LUTA CONTRA A POBREZA**. São Paulo. 2004.

ABROMOVAY, Ricardo. **Transformações das Vida Camponesa. Sudoeste do Paraná**. São Paulo, 1981.

BOFF, Leonardo. **SABER CUIDAR: Ética do humano – compaixão pela terra**. 11ª Edição. Editora Vozes. Petrópolis, RJ, 1999.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão Rural. Contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável**. IICA, Brasília. 2004.

CHIAVENATO, Júlio José. **O MASSACRE DA NATUREZA**. Ed. Moderna. São Paulo, 1989.

- Revista: **Política Nacional de ATER, Assistência Técnica e Extensão Rural**. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria da Agricultura Familiar, Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. Elaborado: 2003. Brasília – DF.